

Impostos federais	24.292.298
Contribuições sociais	14.052.452
Saldo na data de adesão ao REFIS	38.344.750
Ajuste por homologação do REFIS	
Atualização pela TJLP até dezembro de 2021	59.014.004
Pagamentos efetuados até dezembro de 2021	(7.968.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	89.390.046
Atualização pela TJLP em 2022	2.365.565
Pagamentos efetuados em 2022	(3.040.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.715.280

Passivo circulante	3.040.331
Passivo não circulante	85.674.949
	88.715.280

NOTA 15 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

Controladora e consolidado	
2022	2021
Na esfera Cível	345.948
Total da provisão para contingências	345.948
Depósitos judiciais	(345.948)
Provisão para contingências, líquida	(336.781)
Movimentação das adições e baixas.	

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	336.781	327.615	336.781
Adições	9.167	9.166	9.166
Baixas	(-)	(-)	(-)
Saldo no fim do exercício	345.948	336.781	345.948

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

Controladora e consolidado	
2022	2021
Na esfera Cível	520.000
Na esfera Trabalhista	88.926
	608.926
	619.070

NOTA 16 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balanete de Suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

Controladora	
2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.545.846
Equivalência Patrimonial	(8.398.433)
Outras Adições/exclusões permanentes	57.117
Resultado Fiscal antes da compensação de prejuízos fiscais	(2.795.470)
(-) Prejuízo fiscal compensável	(-)
Lucro Real/Prejuízo Fiscal	(2.795.470)
Imposto de renda à alíquota de 15%	-
Imposto de Renda à alíquota de 10%	-
Contribuição social à alíquota de 9%	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	744.808
	425.756

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 25.833 mil. No entanto, devido ao elevado valor dos prejuízos acumulados e, conseqüentemente, do Patrimônio Líquido negativo, somados ainda à incerteza

do atual quadro econômico, não havendo como estabelecer parâmetros confiáveis para uma projeção de resultados positivos que contemple um cenário dilatado de operações para o futuro, a Companhia não efetuou registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo. **NOTA 17 - CAPITAL SOCIAL:** a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 de 2021, o Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos. O Capital Social está distribuído conforme segue:

Qde.	Total das ações	%	
Acionistas domiciliados no País - pessoas físicas	5.408	6.868.347	57,72
Acionistas domiciliados no País - pessoas jurídicas	37	5.031.653	42,28
Total	5.445	11.900.000	100,00

b) Capital social autorizado - A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantida à proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social. Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata que deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência. A Assembleia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76. **NOTA 18 - LUCRO POR AÇÃO:** De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 – Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

2022		
Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação no início do período	3.966.667	7.933.333
Quantidade de ações em circulação no final do período	3.966.667	7.933.333

2021		
Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação no início do período	3.966.667	7.933.333
Quantidade de ações em circulação no final do período	3.966.667	7.933.333

Consolidado	
2022	2021
Lucro no final do exercício	5.545.845
Média ponderada das quantidades de ações em circulação	11.900.000
Lucro por ação básico	0,465966

NOTA 19 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS: A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 possuem a seguinte composição:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Receita bruta de Vendas	23.266.572	42.274.956	34.307.663
(-) Impostos incidente s/vendas	(4.265.698)	(7.576.057)	(5.166.099)
(-) Abatimentos e Devoluções	(615.523)	(1.063.906)	(963.234)
Receita Líquida de Vendas	18.385.351	33.634.993	28.178.330

NOTA 20 - INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Despesas e custos por função	20.776.092	28.532.753	21.646.314
Custo dos produtos vendidos	7.756.875	8.326.433	8.892.981
Despesas operacionais	28.532.967	36.859.186	30.539.295

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021
Despesas e custos por natureza	11.901.346	16.589.293	11.301.958
Custo de mercadorias	10.211.887	11.308.530	10.638.818
Despesas com pessoal e encargos	5.882	7.109	45.152
Despesas de alugueis e correlatos	970.803	1.110.104	1.026.948
Despesas de serviços e utilidades públicas	1.441.173	1.590.175	1.469.378
Despesas de depreciação e amortização	4.001.876	6.253.975	6.057.041
Outras despesas	28.532.967	36.859.186	30.539.295

NOTA 21 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO: De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modifica-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos administradores e acionistas da HAGA S/A Indústria e Comércio - Nova Friburgo - RJ. **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da HAGA S/A Indústria e Comércio, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da HAGA S/A Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordos com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza significativa relacionada a com a continuidade operacional** - As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a premissa contábil de que a Companhia continuará em atividade em futuro previsível. Chamamos a atenção para a Nota 3 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentou patrimônio líquido negativo, indicando que pode haver a necessidade de aporte de recursos financeiros para fazer frente as suas obrigações de longo prazo. Essa situação, juntamente com outros assuntos descritos na Nota 3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Empréstimos e financiamentos** (Nota 12 às demonstrações contábeis) - A Companhia possui empréstimos e financiamentos vencidos e com valores relevantes que representam 18% (dezoito por cento) do saldo do passivo consolidado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esse assunto mereceu especial atenção em nossos exames. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Nossos procedimentos de auditoria incluem, entre outros, a avaliação da estrutura dos controles internos implementados pela administração para monitoramento e reconhecimento dos passivos oriundos das obrigações decorrentes desses empréstimos e financiamentos, a adequação dos registros contábeis mantidos sobre essas obrigações e análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis consolidadas. Com base em nossos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos adequados os critérios e as premissas adotados no contexto das demonstrações contábeis. **Programa de Recuperação Fiscal - REFIS** (Nota 14 às demonstrações contábeis) - A Companhia, no exercício de 2000, aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais, cujas parcelas são apuradas com base em percentual do faturamento mensal. Essa obrigação representa, aproximadamente, 77% (setenta e sete por cento) do saldo do passivo consolidado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, considerado assunto relevante para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Nossos procedimentos de auditoria tiveram como objetivo verificar o cumprimento das obrigações decorrentes do REFIS, recálculo das parcelas amortizadas no exercício, confirmação da base de cálculo mensal e confrontação do saldo contábil com extrato da Secretaria da Receita Federal. Com base em nossos procedimentos de auditoria acima descritos consideramos que a divulgação em nota explicativa está consistente com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria. **Outros assuntos** - Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações contábeis acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informações suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com as demonstrações contábeis, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria do exercício anterior** - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios, datados de 17 de março de 2022, sem modificações, contendo parágrafo de Incerteza significativa relacionada a com a continuidade operacional da Companhia. **Outras informações que**

ções nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Em AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2022, foi fixado o limite de remuneração mensal global dos administradores em até R\$ 99 mil, acrescida quando aplicável, dos encargos sociais e trabalhistas na forma prevista em lei, para o exercício social de 2022, para o exercício de 2021 R\$ 90 mil, e estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício. **NOTA 22 - RESULTADO FINANCEIRO:**

Controladora		Consolidado	
2022	2021	2022	2021

Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(3.260)	(4.125)	(3.260)	(4.125)
Despesas bancárias	(9.423)	(10.886)	(12.590)	(13.802)
Juros, parcelas fiscais LP e s/tributos	(2.365.565)	(1.716.290)	(2.392.842)	(1.729.320)
Outras	(2.773)	(9.792)	(3.030)	(9.829)
	(2.381.021)	(1.741.093)	(2.411.722)	(1.757.076)

Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	2.829.705	1.221.592	3.883.280	1.581.693
Descontos obtidos	7.424	14.172	7.662	15.203
Juros ativos	48.877	239.661	59.458	252.580
	2.886.006	1.475.425	3.950.400	1.849.476

Variação cambial:				
Variação cambial ativa	-	33.164	-	33.164
Variação cambial passiva	(1.072)	(17.637)	(1.072)	(17.637)
	(1.072)	(15.527)	(1.072)	(15.527)

NOTA 23 - COBERTURA DE SEGUROS: As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são assim contratadas:

		2022	2021
Responsabilidade civil		2.290.000	1.790.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados		41.400.000	41.400.000
Veículos		113.290	106.336
		43.803.290	43.296.336

O escopo dos trabalhos dos nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração. **NOTA 24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS:** A Companhia, bem como sua controlada, não efetuou nenhuma transação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivalem, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos. A política de risco está sob a gestão do Conselho de Administração, que define os limites de tolerância aos diferentes riscos identificáveis como aceitáveis pela Administração. A Companhia está sujeita aos seguintes riscos: a) **Risco de crédito:** As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às normas fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) - e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). b) **Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-bases outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica. c) **Concentração de risco:** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e a sua subsidiária integral à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3.000 clientes ativos, não havendo concentração individual maior que 4,50%. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. d) **Taxa de juros:** A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais instrumentos dos passivos da Companhia.

DIRETORIA: José Luiz Abicalil - Diretor Presidente, Jorge Caetano da Silva - Diretor Luzia Teresa Abicalil Cereja - Téc. Contabilidade - CRC-RJ - 38724/O-0

acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Nova Friburgo, 17 de março de 2023

R4 Auditoria Independente S/S - CRC-RJ nº 007.573/O - 5 Rodrigo Carlos Nascimento Lopes - Contador CRC-RJ nº 107.950/O - 8